

ESTADO



Os dois primeiros meses do governo Bolsonaro foram marcados por diversas tensões entre a governabilidade e o caos. De um lado, o Executivo apresentou sua pauta prioritária: a revisão da regulamentação da posse de armas, o “pacote Sérgio Moro” para a segurança pública e o “pacote Paulo Guedes” para a Previdência Social. De outro lado, a Esplanada dos Ministérios protagonizou episódios polêmicos com declarações medievais da ala olavista formada pela trinca Ernesto Araújo, Ricardo Vélaz e Damares Alves

Bolsonaro e os militares: poder de voto e poder de veto

O Palácio do Planalto enfrentou momentos delicados com revelações obscuras sobre o clã bolsonarista envolvendo possíveis ligações com milícias, corrupção e toda sorte de ilícitos. O cenário tem provocado divergências entre os analistas. Há os que encontram a lógica na desordem, atribuindo ao governo a estratégia de camuflar sua agenda ultraliberal de reformas econômicas nas “cortinas de fumaça” das pautas ultraconservadoras da moral e dos costumes; há os que enxergam a desordem da lógica, caracterizando o governo a partir da ausência completa de táticas para coordenar as decisões e ações dos seus diversos núcleos (de parlamentares, do mercado, da Justiça, da ideologia, dos militares e da própria família).

A despeito das variações nas leituras desses sessenta dias, ao menos um consenso se estabeleceu: diante desse condomínio privado e difuso de interesses mercantis e particulares, um grupo merece destaque e atenção por ter se posicionado estrategicamente e por ter se distribuído de maneira

organizada, feito agulhas de acupuntura no corpo do Estado: os militares. Sem dúvida, já se trata do grupo mais relevante no interior da estrutura do Executivo. Vejamos.

Os militares das forças armadas conformam o grupo com maior presença na esplanada do governo Bolsonaro. Ao todo, esse segmento ocupa agora oito ministérios como titulares, são eles: Gabinete de Segurança Institucional (Gen. Augusto Heleno); Secretaria de Governo (Gen. Carlos Alberto dos Santos Cruz); Secretaria-Geral da Presidência (Gen. Floriano Peixoto); Defesa (Gen. Fernando Azevedo e Silva); Infraestrutura (Cap. Tarcísio Gomes de Freitas); Minas e Energia (Alm. Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.); Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Ten. Cor. Marcos Pontes); Controladoria Geral da União (Cap. Wagner Rosário).

Além disso, os militares estão presentes em postos de direção ou em conselhos de administração de algumas das maiores empresas estatais do país, tais como: Petrobras, Eletrobras, Itaipu Binacional,

Telebras, Correios e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Como se pode observar, as forças armadas ocuparam áreas já tradicionalmente militarizadas, como o GSI e a Defesa, mas também marcam presença em áreas econômicas estratégicas para grandes projetos e investimentos (como Infraestrutura, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia). Mais ainda, a presença desse núcleo se faz sentir na área jurídica, comandando a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça e a CGU, além de estarem em secretarias de natureza fundamentalmente política, como nos casos da Secretaria de Governo e da Secretaria Geral da Presidência, onde também assumiram o posto de porta-voz da Presidência da República. Chama também atenção a presença contundente no Ministério da Educação, fundamentalmente nas áreas ligadas ao ensino superior; no Ministério dos Direitos Humanos, ocupando a Fundação Nacional do Índio (Funai); no Ministério da Cidadania, na pasta responsável pelos Esportes; no Ministério do Desenvolvimento Regional, com o departamento responsável pela Defesa Civil; no Ministério da Agricultura, ocupando o Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incra).

Além da atuação nas áreas finalísticas já elencadas, os militares marcam presença intensa também em áreas-meio, de gestão, em diversos ministérios, tais como planejamento, orçamento, licitação, logística, projetos e comunicação.

Há uma presença predominante de generais do Exército. Os oficiais da Marinha estão concentrados na área de Minas e Energia e os oficiais da Aeronáutica no setor de Ciência e Tecnologia. Os únicos ministérios que até o momento não contam com a presença de militares em cargos estratégicos são: Casa Civil, Saúde, Turismo e Relações Exteriores. Mas esses dois últimos casos também podem ser em breve objeto de incidência militar. No Turismo os escândalos de corrupção têm ameaçado o ministro do PSL, nas Relações Exteriores a política conservadora e extravagante do atual chanceler tem deixado as forças armadas em alerta para uma eventual incidência mais direta sobre o Itamaraty.

Por todos esses motivos não parece exagerado afirmar que os militares compõem o grupo mais bem

distribuído estrategicamente nos postos do governo e em condições de impor alguma tutela sobre o bolsonarismo caso a conjuntura conduza a esse cenário.

Uma tamanha ocupação da estrutura do Estado colocou os militares em posição privilegiada para causar ou mediar conflitos no interior do governo. Nesse sentido, chamou a atenção a atuação dos fardados no “caso Carlos Bolsonaro vs. Gustavo Bebianno. O filho 2 de Jair Bolsonaro provocou a primeira grande crise do governo ao duelar e demitir pelo Twitter o secretário-geral da Presidência. A querela entre o filho apelidado de Pitbull e o ministro alcunhado de Guarda-Costas deu pistas importantes sobre o modus vivendi e as fragilidades desse governo.

O caso trouxe à tona problemas como a ingerência dos filhos do presidente na dinâmica do governo, a vulnerabilidade do PSL diante de esquemas ilícitos, o acirramento das rusgas de Bolsonaro com o grupo Globo, a dificuldade que o governo tem de organizar gestões de crise sem amplificar os problemas e a tibieza do presidente em enfrentar situações delicadas e tomar decisões em tempo adequado.

Mas, além disso, o caso explicitou o papel dos militares como os principais mediadores de conflitos intragovernamentais. A farda entrou em missão com um duplo objetivo: ou manter Bebianno no seu posto de modo a torná-lo devedor da tutela militar ou aceitar a retirada de Bebianno de seu cargo e substituí-lo por mais um general. Nos dois casos os militares sairiam vitoriosos, dado que ampliariam sua influência sobre os ministérios e sobre a agenda do presidente. Não se sabe se por instinto clânico e paternal ou se por outros interesses ainda pouco claros, fato é que Bolsonaro arbitrou em favor de Carlos e contra Bebianno, consumando a assunção do oitavo general ministro. O resultado: o Planalto foi definitivamente povoado por militares, restando apenas um único civil, Onyx Lorenzoni, também elencado na lista de figuras que, por implosão ou explosão, pode ser tirado de cena a qualquer momento e por qualquer deslize.

Alguns analistas enxergaram no episódio uma derrota da ala militar. Jânio de Freitas qualificou o episódio como a materialização de que “Bolsonaro pôs-se acima da tutela dos generais, o que era

imprevisto e significa a diminuição deles (...). Bolsonaro impôs aos generais uma vitória para o filho. Negou-os como força que compartilhe o poder. Bebianno foi demitido”.

Para o jornalista, esse argumento seria endossado ainda pela derrota sofrida pelo governo na Câmara com a derrubada do decreto ampliando o sigilo de documentos oficiais. No entanto, tratar a ação de Bolsonaro como derrota dos militares, a despeito de eles terem aumentado influência nos ministérios, pode ser algo precipitado, do mesmo modo a derrubada do decreto de sigilo parece menos uma derrota de Mourão e mais uma demonstração de força do Legislativo para o Executivo.

Uma interpretação mais sugestiva foi ensaiada pelo jornalista Mario Vitor Santos, que em meio ao tiroteio de vazamentos de áudios, pinçou uma importante declaração de Bebianno: “minha relação é maravilhosa com todos os generais. O senhor se lembra que, no início, eu não podia participar daquelas reuniões de quarta-feira, porque os generais teriam restrições contra mim. Eu não entendia que restrições eram aquelas, se eles nem me conheciam. O senhor hoje pergunte para eles qual o conceito que eles têm a meu respeito, sabe, capitão?”

A partir da audição atenta do trecho, o jornalista nota: “de todas as informações surpreenden-

tes, apesar de a mídia corporativa ter se fixado na, desconcertadora para ela, constatação de que Bolsonaro mente, a mais relevante foi a menção, feita por Bebianno a Bolsonaro numa das conversas, da existência de um suposto encontro nas quartas-feiras, com a participação dos generais - e provavelmente do próprio Bolsonaro. E, mais importante, nesses encontros, os generais, deduz-se do relato de Bebianno, teriam poder de veto sobre quem participa ou não daquela instância, poder de veto inclusive acima do próprio capitão presidente da República”

Noutras palavras, o então secretário-geral da Presidência dá notícias de uma instância decisória no interior do Palácio do Planalto da qual participam apenas quem dispõe da autorização dos militares. Isso pode ser um indício de que, na prática, o grupo dos militares já dispõe de algum grau de autonomia relativa em sua atuação no interior do governo.

Se, por um lado, Bolsonaro dispõe do poder de voto oriundo das urnas, por outro lado, é possível que os militares possam exercitar o poder de veto sobre a agenda do presidente e do governo, e, como se sabe, na dinâmica dos pesos e contrapesos das práticas estatais, quem veta também decide, pois o poder de dizer “não” é o imperativo categórico do Estado real.